

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2024

O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 12ª REGIÃO (CRESS/SC), pessoa jurídica de direito público constituída sob a forma de autarquia corporativa, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 76.757.099/0001-99, estabelecida na Rua dos Ilhéus, 38, Ed. Aplub, Conjunto 1004/1005/1006, Centro, CEP 88101-560, Florianópolis/SC, por meio de sua Conselheira Presidente, a Assistente Social **Cheyenne Vieira Marques**, torna público, na forma dos artigos nº 74, IV e 79 da Lei nº 14.133/2021, nos termos do Credenciamento nº 01/2024, a abertura das inscrições para **CREDENCIAMENTO** de na prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de auxílios alimentação e refeição, através de cartões com chip eletrônico de segurança, e respectivas recargas de créditos mensais por meios eletrônicos (on-line), destinados aos trabalhadores do CRESS 12ª Região/SC, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios “in natura” e refeições prontas, através de rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, bem como de acordo com o que dispõe o Acordo Coletivo de Trabalho – ACT aplicável aos empregados do CRESS 12ª Região/SC, conforme especificações constantes neste Termo de Referência, (Anexo I), nesse Edital e seus anexos, bem como, demais legislações pertinentes.

1. DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1.1 O inteiro teor deste Edital poderá ser obtido no endereço eletrônico do CRESS 12ª REGIÃO/SC: <https://cress-sc.implanta.net.br/portaltransparencia>.

1.2 O ato de envio da proposta pressupõe plena concordância de todos os termos deste Edital.

1.3 O Edital do presente Credenciamento terá eficácia a partir da data de publicação no sítio eletrônico do CRESS 12ª REGIÃO/SC, podendo a qualquer tempo ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

1.4 Fica estabelecido o endereço eletrônico do CRESS 12ª REGIÃO/SC: <https://cress-sc.implanta.net.br/portaltransparencia> para a divulgação de quaisquer informações públicas sobre o presente certame, sem prejuízo da utilização de outros veículos de comunicação, oficiais ou não, de que o CRESS 12ª REGIÃO/SC venha a dispor.

1.5 Fica também estabelecido o endereço eletrônico: licitacao@cress-sc.org.br para esclarecimentos de dúvidas com relação ao Edital e seus anexos.

1.6 Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Edital de Credenciamento serão de inteira responsabilidade das proponentes concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

1.7 Os esclarecimentos e decisões quanto a impugnação e recursos serão divulgados no sítio oficial do CRESS 12ª REGIÃO/SC, <https://cress-sc.implanta.net.br/portaltransparencia>, ficando as participantes, desde já, cientes que a publicidade ocorrerá exclusivamente no referido local.

1.8 A participação no credenciamento, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital importa em total e irrestrito conhecimento e aceitação das condições estatuídas, ou seja, os elementos são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posterior reclamação.

1.9 O presente credenciamento tem prazo de validade indeterminado e observará as datas e prazos constantes do Cronograma (ANEXO II).

1.10 A primeira publicação das administradoras consideradas HABILITADAS será realizada em **20/05/2024**

1.11. Não obstante a celebração de contrato de credenciamento com tantas forem as empresas habilitadas, a efetiva operação do programa de alimentação instituído pela CONTRATANTE dependerá da escolha da credenciada pelos beneficiados no programa, empregados do Conselho Regional de Serviço Social – 12ª Região.

2. DO OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente certame, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de auxílios alimentação e refeição, através de cartões com chip eletrônico de segurança, e respectivas recargas de créditos mensais por meios eletrônicos (on-line), destinados aos trabalhadores do CRESS 12ª Região/SC, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios “in natura” e refeições prontas, através de rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, bem como de acordo com o que dispõe o Acordo Coletivo de Trabalho – ACT aplicável aos empregados do CRESS 12ª Região/SC, conforme especificações constantes neste Edital

2.2 A exigência de “chip eletrônico de segurança” já está pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, visto que “A jurisprudência do TCU é no sentido de que tal exigência é lícita, conforme Acórdão 1.228/2014 – TCU – Plenário.”, proferido em representação de autoria da mesma empresa que ora representa, (...) mas que “a jurisprudência deste Tribunal já está pacificada a respeito de não haver irregularidade na exigência de cartões magnéticos com chip para os itens licitados”. (TCU. Acórdão n.o 4674/2014 – 2ª Câmara, TC-020.023/2014-6, rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, 9.9.2014).

2.3 Os auxílios alimentação e refeição serão fornecido mensalmente por meio de créditos, a serem disponibilizados em cartão eletrônico com senha numérica e individual, dotados de microprocessador com chip de segurança para validação de transação.

2.4 Código do item a ser contratado em conformidade com o catálogo de serviços (CATSER) do Sistema de Serviços Gerais: 14109 (Administração de Tiquete (Ticket)/Vale Alimentação (Cartão Eletrônico) - Sistema Convênio).

3. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

3.1 O recebimento das inscrições iniciará no dia da publicação do edital no Diário Oficial da União (DOU), nos termos do Cronograma (ANEXO II). O CRESS 12ª REGIÃO/SC poderá, por conveniência administrativa, alterar as datas previstas no cronograma, mediante aviso de retificação em sítio oficial, não cabendo recursos.

3.2 A entrega dos documentos do credenciamento poderá ocorrer por meio de protocolo físico do envelope, devidamente identificado, endereçado à Comissão Permanente de Licitações, na sede do CRESS 12ª REGIÃO/SC, de segunda a sexta, entre 10h e 16h para o endereço: Rua dos Ilhéus, 38 - Sala 1005 - Centro, Florianópolis - SC, 88010-560.

3.3 A primeira chamada para o credenciamento será realizada da publicação do presente **Edital até a data limite de 02/05/2024**, e observará as datas e prazos constantes do **Cronograma (ANEXO II)**. Durante este período, o CREDENCIAMENTO será permanentemente aberto à inscrição de qualquer interessado, que poderá pleitear o seu Credenciamento a qualquer tempo;

3.4 O CRESS 12ª REGIÃO/SC se reserva no direito de alterar as cláusulas e condições do presente Edital e Termo de Referências sem direito a recurso quanto às alterações, resguardado o direito da administradora de solicitar, com antecedência mínima 30 dias, a remoção do credenciamento.

3.5 Durante a vigência do Credenciamento, é obrigatório que os credenciados mantenham regulares todas as condições de Credenciamento e que informem alterações referentes à habilitação e às condições exigidas.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar do credenciamento para celebração de Contrato, as Administradoras de Benefícios que:

4.1.1 Regulamente constituídas, possuam objeto social compatível com o objeto do credenciamento, atendam às condições deste Edital e seus anexos e apresentem os documentos neles exigidos.

4.1.2 Não tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão de direito de licitar ou contratar por qualquer órgão da Administração Pública direta (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) ou indireta.

4.1.3 Não estejam sob processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, em dissolução ou liquidação.

4.1.4 A Credenciada obriga-se a prestar os serviços objeto deste credenciamento, contemplando as atividades e condições dispostas no Termo de licitacao@cress-sc.org.br.

4.2 Não poderá participar deste processo de credenciamento empresa cujos diretores, responsáveis técnicos ou sócios sejam empregados ou conselheiros do CRESS 12ª REGIÃO/SC, de qualquer Conselho de Serviço Social dos Estados e do Distrito Federal – CRESS/UFs, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

5. DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O valor global da proposta de preços NÃO PODERÁ SER SUPERIOR AO PREÇO ESTIMADO, conforme Quadro de Formação de Preços (Anexo III).

5.2 O percentual de taxa de Administração MÁXIMO ACEITÁVEL para o presente credenciamento, conforme Quadro de Formação de Preços (Anexo III), é de 0,00% (zero).

5.3 As despesas decorrentes desta contratação, para o exercício de 2024, correrão à conta da Dotação Orçamentária, conta: **6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Programa de Alimentação ao Trabalhador - Programa de Alimentação ao Trabalhador.**

5.4 As CREDENCIADAS não poderão exigir ou receber qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado, ou prazos de repasse que descaracterizem a natureza pré-paga dos valores a serem disponibilizados aos trabalhadores, ou outras verbas e benefícios diretos ou indiretos de qualquer natureza não vinculados diretamente à promoção de saúde e segurança alimentar do trabalhador conforme Lei Federal 14.442 de 02 de setembro de 2022.

6. HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 Para **Habilitação Jurídica** a Administradora de Benefícios deverá atender aos seguintes requisitos:

6.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.1.2 Cédula de Identidade válida em todo o território nacional do representante legal da pessoa jurídica;

6.1.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação, se for o caso;

6.1.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.1.5 Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, além dos documentos previstos no art. 41 do Decreto nº 10.024/2019.

6.2 Para **Habilitação Fiscal** a Administradora de Benefícios deverá atender aos seguintes requisitos:

6.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas;

6.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.2.5 Prova de regularidade tributária para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do Contrato, mediante a apresentação de certidão negativa de tributos;

6.2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

6.2.7 Declaração devidamente assinada pelo representante legal da ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS de que não existe na sua empresa, trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, conforme Decreto no 4.358, de 05/09/2002, conforme **modelo no Anexo IV**.

6.2.8 A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta on-line ao cadastro emissor respectivo.

6.3 Para comprovação da **Qualificação Econômico-Financeira**, a Administradora de Benefícios deverá apresentar os seguintes documentos:

6.3.1 Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade indicado no documento, ou datada dos últimos 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão pública, quando o prazo de validade não estiver expresso;

6.3.2 Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou

balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

6.3.2.1 O balanço patrimonial e os demonstrativos contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

a. A boa situação financeira a que se refere o subitem anterior estará comprovada na hipótese de a licitante dispor de índices de liquidez geral (LG) e liquidez corrente (LC), calculado de acordo com a fórmula abaixo. Serão exigidos índices de:

- I) Liquidez Geral, igual ou maior a 1,0;
- II) Liquidez Corrente, igual ou maior a 1,0;

$$LG = (AC+RLP) / (PC+ELP)$$

$$LC = (AC/PC)$$

$$SG = (AT/PC+ELP)$$

ONDE: AC= Ativo circulante RLP= Realizável a longo prazo
PC= Passivo Circulante ELP= Exigível a longo prazo
AT = Ativo Total (AC+RLP)

b. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor total estimado do item ou lote pertinente.

6.4 Para comprovação da **Habilitação Técnica**, a Administradora de Benefícios deverá apresentar os seguintes documentos:

6.4.1 Comprovante de registro no Ministério do Trabalho e Previdência Social, relativo ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, conforme previsto na Lei nº 6.321/76.

6.4.2 Apresentar pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica em papel timbrado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que tenha executado, a contento, serviços compatíveis com o objeto desta licitação.

6.4.3 Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, assinada por sócio dirigente, proprietário ou procurador da Administradora, devidamente identificado, nos termos do modelo constante do Anexo V;

6.4.4 Declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital, Termo de Referência e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital **(Modelo – Anexo VI)**.

6.5 Para fins do presente credenciamento, não será aceita a apresentação de documentos em desconformidade com o edital.

6.6 Sob pena de não credenciamento, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ da Administradora de Benefícios.

6.6.1 Se a Administradora for a Matriz, todos os documentos deverão estar em nome da Matriz; se filial, deverão estar em nome desta, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz ou forem válidos para ambas;

6.7 Não serão aceitos documentos cujos datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados.

6.8 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos neste Edital e seus Anexos.

6.9 Os documentos deverão ser apresentados, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório de Notas e Ofício, ou emitidos via Internet.

6.10 Para **PROPOSTA DE PREÇOS**, a Administradora de Benefícios deverá apresentar os seguintes documentos:

6.10.1 Proposta de preços **de acordo com o preço máximo Aceitável (Anexo III) e sem qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado ou prazos de repasse que descaracterizem a natureza pré-paga** na forma deste Edital.

6.10.2 A Proposta de Preços deverá ser formulado em conformidade com o Modelo de Pedido de Credenciamento (Anexo VIII) redigido em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, obrigatoriamente, datada e assinada pelo representante legal da solicitante, devidamente qualificado.

7. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

7.1 As Administradoras de Benefícios interessadas em participar do processo de credenciamento para os serviços descritos no Termo de Referência (Anexo I), devem, obrigatoriamente, apresentar, na forma do Item 3 deste Edital, a documentação descrita no item 6 deste Edital juntamente com proposta de credenciamento em papel timbrado da empresa, preferencialmente, com documentos sequencialmente enumerados.

7.2 Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados em envelope contendo as seguintes informações:

DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO – Auxílio-alimentação/Auxílio-refeição.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 12ª REGIÃO (CRESS/SC),

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2024.

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

7.3 As informações prestadas, assim como a documentação entregue, são de inteira responsabilidade do interessado, cabendo-lhe certificar-se, antes da sua apresentação que atende a todos os requisitos para participar do credenciamento.

7.4 A apresentação da documentação implica manifestação do interessado em participar do processo de credenciamento, aceitação e submissão, independente de declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas, bem como aos atos normativos expedidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

7.5 É facultado aos interessados o envio dos envelopes com a documentação do credenciamento via postal ou por portador.

8. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

8.1 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de credenciamento por irregularidade ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, na aplicação na Lei nº 14.133/2021, devendo apresentar a impugnação por correio eletrônico licitacao@cress-sc.org.br até 3 (três) dias úteis antes da data prevista para a abertura dos envelopes, conforme cronograma. A resposta à impugnação ou ao pedido

de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

8.2 Caberá a Conselheira Presidente do CRESS/SC decidir sobre a impugnação.

8.3 Acolhida a impugnação e desde que prejudicial ao válido e regular desenvolvimento do credenciamento, será designada nova data para a recepção dos documentos.

8.4 A impugnação feita tempestivamente pelo interessado não o impedirá de participar do processo de credenciamento até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

8.5 O agente de contratação dará publicidade dos esclarecimentos no sítio do CRESS/SC <https://cress-sc.implanta.net.br/portaltransparencia/>, em até 01 (um) dia após o recebimento deles.

9. DA ANÁLISE E DO JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

9.1 A análise da documentação e o credenciamento dos habilitados ocorrerá em sessão pública na sede do CRESS/SC no dia indicado no Cronograma, podendo qualquer interessado participar da sessão.

9.2 A Comissão poderá conceder prazo adicional de 05 dias para complementação da entrega de documentos eventualmente faltantes ou para promover a regularização desses, mediante comunicação dos interessados.

9.3 Será declarado inabilitado o interessado que:

9.3.1 Por qualquer motivo, estejam declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;

9.3.2 Deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou os apresentarem em desconformidade com os parâmetros estabelecidos no Edital.

9.4 O processamento e o julgamento dos Documentos para Credenciamento serão realizados pela Comissão Permanente de Licitação.

9.5 É facultado à Comissão, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, permitida a juntada de documentação não apresentada na ocasião oportuna que se refira à condição atendida pelo licitante de modo pré-existente à abertura da sessão, o qual poderá ser solicitado e avaliado, a critério da CPL, em diligência, mediante decisão fundamentada.

9.6 O não atendimento à solicitação no prazo estabelecido pela Comissão importará na inabilitação da interessada.

9.7 Para fins de manter regulares todas as condições de credenciamento, as **CREDENCIADAS** deverão informar as alterações referentes à habilitação e às condições exigidas, através do envio de documentação nos mesmos termos do item 3.2 deste Edital.

10. DA DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Serão declarados HABILITADOS para o credenciamento todos os requerentes que atenderem às exigências deste Edital e seus anexos, cujo resultado preliminar será publicado no sítio eletrônico: <https://cress-sc.implanta.net.br/portaltransparencia/> e no Diário Oficial da União.

10.2 Transcorrido o prazo recursal sem que haja interposição de recursos ou havendo requerimento dos recursos apresentados o Presidente do CRESS/SC, após verificar a lisura e legalidade de todo procedimento, as propostas das empresas declaradas aptas ao credenciamento serão submetidas à HOMOLOGAÇÃO.

11. DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7.1 Os recursos e contrarrazões serão protocolados exclusivamente, através do correio eletrônico: licitacao@cress-sc.org.br.

11.7.2 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.8 Somente o próprio interessado ou seu representante legalmente habilitado poderão interpor os recursos.

12. DA ASSINATURA DO CONTRATO

12.1 Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas será firmado Contrato com as Administradoras de Benefícios aptas, com vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da legislação pertinente.

12.2 O CRESS/SC convocará as Administradoras de Benefícios aptas ao credenciamento, para assinar o Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para comparecer à Administração.

12.3 O prazo estabelecido no subitem 12.2 para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pela Administradora de Benefícios durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo CRESS/SC.

13. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS BENEFICIÁRIOS

13.1 O CRESS/SC realizará, periodicamente, o acompanhamento da execução do(s) Termo(s) de Credenciamento(s) assinado(s), adotando as providências necessárias para seu fiel cumprimento, devendo quaisquer ocorrências de descumprimento ser registradas em relatórios específicos e juntadas ao processo de credenciamento.

13.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do(s) Termo(s) de Credenciamento(s) objeto do presente edital consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços de acordo com as

exigências e obrigações pactuadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercido por um representante do CRESS/SC, especialmente designados na forma da lei.

14. DAS INFRAÇÕES, SANÇÕES E DO DESCREDECIMENTO

14.1 Comete infração administrativa, o credenciado que, com dolo ou culpa:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2 São causas de descredenciamento a reincidência no descumprimento de quaisquer das condições descritas no presente Edital, no Contrato, ou ainda, a prática de atos que caracterizem má-fé em relação ao CRESS/SC apuradas em processo administrativo.

14.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, observando-se as regras previstas na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99.

14.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza, a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração Pública.

14.5 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesse Edital as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6 Constituem hipóteses de descredenciamento, quando:

- 14.6.1.** Forem procedentes as denúncias formuladas sobre má prestação do serviço ou irregularidades que afrontam princípios constitucionais;
- 14.6.2.** Superveniência de fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa da credenciada, ou que reduza a capacidade de prestação de serviço a ponto de não atender às exigências estabelecidas;
- 14.6.3.** O contratado que der causa à rescisão do Contrato de Prestação de Serviços firmado com o contratante;
- 14.6.4.** Por vontade própria do contratado.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1.** O presente Edital de Credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar sua revogação, não cabendo aos proponentes qualquer direito a compensação ou indenização.
- 15.2.** Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital de Credenciamento, ou ainda, por qualquer outro motivo alegado em relação a este processo de credenciamento.
- 15.3.** A inobservância, em qualquer fase do processo de credenciamento, por parte do interessado, dos prazos estabelecidos em notificações pessoais ou gerais, será caracterizada como desistência, implicando sua exclusão do certame.
- 15.4.** A inexistência de afirmativas, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos, ainda que verificada posteriormente, será causa de eliminação do 10 interessado do processo de credenciamento, anulando-se a inscrição, bem como todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.
- 15.5.** Todas as publicações e intimações, inclusive para fins de recurso, serão feitas no Portal da Transparência do CRESS/SC, <https://cress-sc.implanta.net.br/portaltransparencia/>, acessando o Menu “Planejamento”, submenu “Chamamentos Públicos”. É de inteira responsabilidade do interessado acompanhar as informações e os resultados divulgados no referido sítio eletrônico e no Diário Oficial da União.
- 15.6.** Todos os prazos constantes neste edital serão contados em dias corridos, quando não estiver expressamente definido nada em contrário.
- 15.8.** Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Permanente de Licitação pelo endereço eletrônico: licitacao@cress-sc.org.br.
- 15.9.** É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade competente ou empregado público designado pela Conselheira Presidente do CRESS/SC, em qualquer fase do credenciamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 15.10.** Casos omissos neste edital deverão seguir a legislação em vigor sobre o assunto.
- 15.11.** O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem deste procedimento de credenciamento será o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis/SC, por mais privilegiado que outro seja ou venha a ser.
- 15.12.** São partes integrantes e inseparáveis do presente Edital os seguintes anexos:

- 15.12.1.** ANEXO I – Termo de Referências
- 15.12.2.** ANEXO II – Cronograma
- 15.12.3.** ANEXO III – Planilha de Formação de Preços;
- 15.12.4.** ANEXO IV – Declaração não Emprega Menor;
- 15.12.5.** ANEXO V - Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação;
- 15.12.6.** ANEXO VI - Declaração de ciência e cumprimento de habilitação;
- 15.12.7.** ANEXO VII - Minuta do Contrato.
- 15.12.8.** ANEXO VIII – Modelo de Pedido de Credenciamento.

Florianópolis, 29 de abril de 2024.

Cheyenne Vieira Marques
Presidente

Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente certame, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de auxílios alimentação e refeição, através de cartões com chip eletrônico de segurança, e respectivas recargas de créditos mensais por meios eletrônicos (on-line), destinados aos trabalhadores do CRESS 12ª Região/SC, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios “in natura” e refeições prontas, através de rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, bem como de acordo com o que dispõe o Acordo Coletivo de Trabalho – ACT aplicável aos empregados do CRESS 12ª Região/SC, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

1.2 A exigência de “chip eletrônico de segurança” já está pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, visto que “A jurisprudência do TCU é no sentido de que tal exigência é lícita, conforme Acórdão 1.228/2014 – TCU – Plenário.”, proferido em representação de autoria da mesma empresa que ora representa, (...) mas que “a jurisprudência deste Tribunal já está pacificada a respeito de não haver irregularidade na exigência de cartões magnéticos com chip para os itens licitados”. (TCU. Acórdão n.o 4674/2014 – 2ª Câmara, TC-020.023/2014-6, rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, 9.9.2014).

1.3 Os auxílios alimentação e refeição serão fornecido mensalmente por meio de créditos, a serem disponibilizados em cartão eletrônico com senha numérica e individual, dotados de microprocessador com chip de segurança para validação de transação.

1.4 Código do item a ser contratado em conformidade com o catálogo de serviços (CATSER) do Sistema de Serviços Gerais: 14109 (Administração de Tíquete (Ticket)/Vale Alimentação (Cartão Eletrônico) - Sistema Convênio).

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação se justifica diante do benefício previsto nos Acordos Coletivos e Resolução do CRESS 12ª Região/SC de fornecer as melhores condições de alimentação aos seus trabalhadores proporcionando o benefício na forma de cartão alimentação e refeição, com chip, objetivando facilitar a gestão e a operacionalização;

2.2 Esta contratação visa proporcionar aos empregados públicos do CRESS 12ª Região/SC melhor qualidade de vida e bem-estar, considerando que a concessão do benefício de vale- alimentação/vale-refeição contribui de maneira direta para que os servidores adquiram alimentos e façam suas refeições com mais qualidade e a custos mais reduzidos possíveis.

2.3 A disponibilização de cartão alimentação contribui para que os trabalhadores do CRESS 12ª Região/SC realizem suas compras de gêneros alimentícios em supermercados, açougues, mercearias e demais estabelecimentos comerciais, nas proximidades de suas residências, de forma cômoda e segura.

2.4 A disponibilização de cartão refeição contribui de forma definitiva para que trabalhadores do CRESS 12ª Região/SC realizem refeições nos mais variados estabelecimentos próximos ao seu local de trabalho, com facilidade, comodidade e conveniência.

2.5 O fornecimento do benefício na modalidade adotada atende às previsões contidas no Acordo Coletivo de Trabalho.

2.6 O benefício não pode ser concedido em espécie, devendo ser fornecido na modalidade de cartões eletrônicos/magnéticos, o que impõe a contratação de empresa especializada na prestação desse serviço.

3. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO AUXILIAR LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO

3.1 Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante credenciamento nos termos do Acórdão nº 5495/2022 e dos **art. 74 e inciso IV do art. 79 da Lei 14.133/2021**.

3.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

3.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

3.4 Na modalidade de credenciamento, portanto, a avaliação técnica limita-se a verificar se a empresa interessada possui capacidade para executar o serviço. Uma vez preenchidos os critérios mínimos estabelecidos no edital, a empresa será credenciada, podendo ser contratada em igualdade de condições com todas as demais que também forem credenciadas. A etapa de avaliação das empresas é, portanto, apenas eliminatória, e não classificatória, já que nessa modalidade não pode haver distinção entre as empresas credenciadas. Inexiste, portanto, a possibilidade de escolha de empresas que mais se destaquem dentre os parâmetros fixados pela entidade, visto que as empresas estariam competindo para constarem como as mais bem pontuadas. O credenciamento não se presta para este fim, uma vez que ele só se justifica em situações onde não se vislumbra possibilidade de competição entre os interessados, a escolha se dará pelo próprio empregado público que diante da lista de credenciados, já previamente cadastrados, fará uso da sua conveniência em ser atendido pela empresa/profissional desejado ou que melhor lhe atenda.

4. DO VALOR E DA QUANTIDADE ESTIMADA DA CONTRATAÇÃO

4.1 A quantidade estimada de cartões alimentação e refeição é de aproximadamente 14(quatorze) cartões, conforme tabela abaixo:

Auxílio-Refeição e Auxílio-Alimentação na forma de Cartão com chip eletrônico de segurança			
Quantidade estimada de cartões (a)	Quantidade média de dias úteis mensais (b)	Valor facial de cada Auxílio (c)	Valor médio mensal por colaborador (d) = (b x c)
14	30	R\$ 35,26	R\$ 1.057,80
14	22	R\$ 33,24	R\$ 731,28

4.2 O valor mensal por colaborador em cada cartão é meramente estimativo, uma vez que é fixo apenas o valor do auxílio alimentação. O valor global mensal estimado de crédito mensal pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC, em todos os cartões, é de R\$ 25.047,12 (vinte e cinco mil, quarenta e sete reais e dize

centavos) sendo variável, pois é decorrente do número de funcionários contratados e dispensados, e do número de dias efetivamente trabalhados. Portanto não é assegurado à Contratada um valor mínimo mensal.

4.3 Os valores faciais fixos diários dos auxílios alimentação e refeição poderão sofrer reajustes critério do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

4.4 Por se tratarem de meras estimativas referenciais de gastos, os valores acima não se constituem, em hipótese alguma, compromisso futuro para o CRESS 12ª REGIÃO/SC, razão pela qual não poderão ser exigidos e nem considerados como valores para pagamentos mínimos, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do CRESS 12ª REGIÃO/SC, sem que isso justifique qualquer indenização à Contratada.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES

5.1 Os cartões alimentação e refeição deverão conter chip, serem personalizados, com o nome do empregado e do contratante, protegido contra roubo e extravio, por meio de senha pessoal, recarregável mensalmente;

5.1.1 Não serão aceitos cartões com tarja magnética, devido ao alto risco de clonagem.

5.2 A carga dos créditos se dará conforme solicitação da contratante e deverá ser disponibilizada mensalmente nos respectivos cartões até o último dia útil do mês anterior ao de referência;

5.3 Os benefícios serão concedidos a todos os empregados do CRESS 12ª REGIÃO/SC, efetivos e de livre provimento.

5.4 Os benefícios serão concedidos, inclusive, em períodos de afastamentos como: férias, licença-maternidade, licença por motivo de doença e licença para capacitação profissional;

5.5 No mês de admissão o valor do vale-alimentação/vale-refeição será proporcional, levando em consideração a data do primeiro dia trabalhado e o último dia do mês;

5.6 Eventuais faltas justificadas dos empregados não implicarão em redução do benefício. No caso de desligamento dos empregados/estagiários, o valor do vale-alimentação/vale-refeição creditado que exceder os dias trabalhados no referido mês serão descontados na rescisão;

5.7 A empresa licitante deverá dispor de meio eletrônico e/ou telefônico para consulta de saldo disponível pelo usuário do cartão magnético e esclarecimentos de dúvidas relativas à utilização do benefício;

5.8 Somente o CRESS 12ª REGIÃO/SC poderá solicitar a emissão, cancelamento ou estorno de créditos nos cartões magnéticos dos empregados;

5.9 Não poderá haver carência para o início do fornecimento dos serviços objeto da licitação;

5.10 A quantidade de cartões poderá ser alterada pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC no caso de admissões e/ou demissões;

5.11 Os créditos inseridos nos cartões eletrônicos, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão obrigatoriamente somar-se aos próximos créditos, de tal forma que os empregados deste Conselho em hipótese alguma sejam prejudicados;

5.12 As informações cadastrais dos empregados do CRESS 12ª REGIÃO/SC serão fornecidas à Contratada, em meio eletrônico, conforme layout de arquivos definido pela contratada, na data de assinatura do contrato;

Prazos:

5.12.1 Primeira emissão e entrega dos cartões: prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do pedido feito pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC;

5.12.2 Emissões subsequentes de cartões: prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do pedido feito pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC;

5.12.3 Substituição dos cartões: prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da realização do pedido de emissão do novo cartão eletrônico;

5.12.4 Ao usuário que deixar de integrar o sistema de cartão ou ter suspensa sua participação por qualquer motivo deverá permanecer com o saldo disponível no cartão, sem prazo de expiração, até a utilização total do saldo remanescente;

5.12.5 Os créditos disponibilizados no cartão serão cumulativos e disponíveis aos usuários, independente da frequência de uso do cartão, sem prazo para expiração, mesmo após o término da vigência do contrato.

5.13 A licitante deverá ter sistema informatizado de pedidos de vale alimentação e vale refeição, com fornecimento de software e teleprocessamento para realização dos pedidos via meio eletrônico;

5.14 A licitante deverá oferecer serviço exclusivo de atendimento ao usuário 24 horas por dia e 07 dias por semana, para fornecer saldo, trocar senha, autorizar compras, realizar bloqueios do cartão em caso de perda ou roubo e fornecer outras informações.

5.15 Os cartões deverão ser entregues em envelope lacrado, com manual básico de utilização.

5.16 A Contratada deverá realizar a reposição dos cartões defeituosos, extraviados, furtados ou roubados, sem qualquer ônus para o CRESS 12ª REGIÃO/SC, bem como, se necessário, bloquear o saldo existente logo após a devida comunicação do fato ocorrido, e creditá-lo a favor do empregado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de bloqueio no novo cartão solicitado pelo Contratante;

5.17 A Contratada é responsável pela reposição dos créditos utilizados indevidamente através de clonagem do cartão eletrônico, sem ônus ao CRESS 12ª REGIÃO/SC;

6 DA REDE CREDENCIADA

6.1 Os cartões com chip eletrônico de segurança alimentação deverão possibilitar a utilização do auxílio alimentação pelos/as trabalhadores/as do CRESS 12ª REGIÃO/SC na aquisição de gêneros alimentícios “in natura”, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados (Hipermercados, Supermercados, Mercados, Mercarias, Açougues, Frutarias, Peixarias, Padarias, etc.), de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, e devem contemplar todas exigências do item 3 do presente instrumento.

6.2 A Contratada deverá comprovar, sempre que solicitado pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC durante a contratação, que possui credenciamento com pelo menos 07 (sete) das seguintes redes de super/hipermercados listadas a seguir: Supermercados Angeloni; Supermercados Big; Supermercados Bistek; Supermercados Giassi; Supermercados Imperatriz; Supermercados Hippo; Supermercados Fort Atacadista; Supermercados Brasil Atacadista; Supermercado Atacadão, Supermercados Rosa; Supermercados Hiperbom.

6.3 Durante a contratação, as listagens contendo as redes credenciadas deverão ser apresentadas individualmente para o auxílio refeição e para o auxílio alimentação e os estabelecimentos credenciados para cada uma das modalidades deverão estar de acordo com o determinado pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.

6.4 O reembolso às empresas credenciadas deverá ser efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da Contratada, independentemente da vigência do Contrato, ficando claro que o CRESS 12ª REGIÃO/SC não responderá solidária nem subsidiariamente por esse reembolso.

6.5 Poderão ser exigidas cópias dos convênios celebrados com os referidos estabelecimentos, a critério do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

6.6 Será exigida da Contratada, durante a contratação, a manutenção de seu registro e de responsável(eis) técnico(s) nutricionista(s) em seus quadros no Estado de Santa Catarina, com a finalidade de fiscalizar as condições dos estabelecimentos credenciados, conforme Lei Federal n.º 6839/80, Lei Federal n.º 6583/78 - Art. 15, Parágrafo único e Resolução CFN 378/05 - Art. 2º, Inciso VII; Art. 11; Art. 12.

6.7 A Contratada deverá manter durante a contratação rede de credenciados, tanto do benefício alimentação como do benefício refeição, em número suficiente para o atendimento do quadro

funcional do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

6.8 Além dos restaurantes, poderão ser credenciadas as redes de lanchonetes e/ou franquias do tipo “fast-food”, desde que atendam aos padrões estabelecidos no PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.

6.8 A contratada deverá garantir que os vales fornecidos serão aceitos em uma rede credenciada de grande porte, de forma a viabilizar a utilização plena e satisfatória por parte dos empregados do CRESS/SC.

6.9 É considerada de grande porte a rede credenciada que possua, no mínimo, 450 (quatrocentos e cinquenta) estabelecimentos credenciados para vale alimentação e 900 (novecentos) estabelecimentos credenciados para vale refeição especificamente na região metropolitana de Florianópolis.

6.10 A licitante vencedora deverá disponibilizar através de seu site ou enviar por endereço eletrônico mensalmente ao CRESS/SC a relação atualizada dos estabelecimentos com os quais mantenha convênio, informando as inclusões e exclusões.

6.11 A Contratada deverá manter, nas empresas credenciadas e/ou afiliadas à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.

6.12 O Contratante poderá a qualquer tempo solicitar a inclusão de novos estabelecimentos credenciados visando à melhoria no atendimento dos beneficiários;

7 DO SISTEMA DE APOIO AO CONTRATANTE E BENEFICIÁRIO E RELATÓRIOS

7.1 A Contratada deverá dispor de sistema em meio eletrônico para a realização das seguintes funcionalidades mínimas:

- a) Operações de cadastro;
- b) Emissão e cancelamento de cartões;
- c) Emissão e cancelamento de pedidos;
- d) Consulta de saldo e extratos;
- e) Inserção de crédito mensal;
- f) Emissão de relatórios.

7.2 A Contratada deverá disponibilizar os seguintes serviços para os beneficiários dos cartões, via internet, através de central telefônica ou aplicativo:

- a) Consulta de saldo e extrato dos cartões eletrônicos;
- b) Comunicação de perda, roubo, extravio ou danos;
- c) Solicitar bloqueio dos saldos, nos casos especificados no item b.

7.2.1 Para o atendimento aos serviços dos itens **b** e **c** a contratada deverá solicitar a senha pessoal do cartão e os dados pessoais do beneficiário;

7.3 A Contratada deverá disponibilizar à Contratante, mensalmente, relatórios gerenciais com as seguintes informações mínimas:

a) Nome do empregado do Contratante, número do cartão, data e valor do crédito concedido no mês.

8 DA FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

8.1 A licitante vencedora deverá iniciar a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, após a assinatura do contrato com CRESS 12ª REGIÃO/SC e da relação dos usuários, conforme prazos especificados no item 5.12;

8.2 O número de cartões a serem entregues após o envio da ordem de serviço refere-se a quantidade inicial de cartões especificado no item 4 deste Termo.

8.3 Os cartões deverão ser entregues na sede do Conselho: Rua dos Ilhéus, 38 - Sala 1005 - Centro, Florianópolis - SC, 88010-560.

9 DEMAIS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

9.1 Prestar os serviços objeto do Contrato conforme estabelecido no Edital de Credenciamento, no presente Termo de Referência e nos demais anexos, obedecendo à regulamentação aplicável descrita neste documento.

9.2 Executar fielmente o objeto contratado de acordo com as normas legais, verificando o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada durante a Licitação e as orientações do CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados.

9.3 Executar fielmente o objeto contratado em conformidade com as disposições do Termo de Referência, no Contrato, do Edital e seus Anexos e de acordo com a proposta apresentada, verificando sempre o bom desempenho dos serviços prestados e atendendo aos seus critérios de qualidade.

9.4 Refazer os cartões com chip eletrônico de segurança que apresentem erro de emissão ou problemas de qualidade, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da solicitação, sendo que a 1ª (primeira) via dos cartões, inclusive as refeitas, deverão ser sem ônus ao CONTRATANTE. Nos casos dos cartões que estejam danificados e possuam crédito, deverá o novo cartão vir com as cargas correspondentes acompanhadas de extrato certificando o saldo.

9.5 Reembolsar os estabelecimentos, no valor dos cartões utilizados, respeitando as condições estabelecidas nos respectivos contratos de credenciamento, garantindo que, sob nenhum pretexto, sejam cobrados pelos conveniados/credenciados ágios, descontos ou taxas adicionais sobre o valor dos créditos em cartão dos usuários ou trabalhadores do CONTRATANTE.

9.6 Garantir, durante toda a contratação, a manutenção da rede mínima de estabelecimentos credenciados, tanto do benefício alimentação como do benefício refeição, conforme estipulado neste CONTRATO.

9.7 Responsabilizar-se por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do CONTRATANTE, decorrentes de ineficiência, atrasos ou irregularidades cometidas na execução dos serviços contratados.

9.8 Acatar a fiscalização do CONTRATANTE, comunicando-a de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços.

9.9 Atender, por meio de preposto nomeado, qualquer solicitação por parte dos fiscais do CONTRATO, prestando as informações referentes à prestação dos serviços, bem como as correções de eventuais irregularidades na execução do objeto contratado.

9.10 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do CONTRATO, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação.

9.11 Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto desta contratação sem o consentimento, por escrito, do CONTRATANTE.

9.12 Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no CONTRATO, Edital de Credenciamento, no presente Termo de Referência e nos demais anexos

9.13 Manter atualizados seu endereço, telefones e dados bancários para a efetivação de pagamentos.

9.14 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

9.15 Executar o objeto do CONTRATO por meio de pessoas idôneas, com capacitação profissional, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários que no desempenho de suas funções causem ao CONTRATANTE, podendo este solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente ou cuja capacitação técnica seja

insuficiente.

9.16 Cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto desta contratação, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes.

9.17 Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com o CONTRATANTE.

9.18 Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.

9.19 Indicar seu representante junto ao CONTRATANTE, que durante o período de vigência do Contrato será a pessoa a quem a Administração recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução para problemas que porventura surgirem durante a execução deste CONTRATO.

9.20 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela técnica, normas e legislação.

9.21 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais quais: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vales refeição, vales transporte e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas.

9.22 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependências do CONTRATANTE.

9.23 Responder por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de o CONTRATANTE fiscalizar e acompanhar todo o procedimento.

9.24 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.

9.25 Prestar à Administração esclarecimentos que julgar necessários para boa execução do contrato.

9.26 Manter, durante a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.27 Responsabiliza-se a CONTRATADA pelos seguintes encargos, em especial:

9.27.1 Fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração contratante.

9.27.2 De possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do CONTRATO.

9.27.3 De providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho.

9.27.4 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços objeto desta contratação.

9.28 A inadimplência da CONTRATADA relativa aos encargos do item 9.27 não transfere à Administração responsabilidade por seu pagamento nem onera o objeto desta contratação, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressa e contratualmente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE.

9.29 Adotar os demais procedimentos necessários à boa execução do CONTRATO e cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações.

9.29.1 São expressamente VEDADAS à CONTRATADA:

9.29.1.1 A contratação de empregado público pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 05 (cinco) anos;

9.29.1.2 A veiculação de publicidade acerca do CONTRATO, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE.

9.29.1.3 Caucionar ou utilizar o CONTRATO para qualquer espécie de operação financeira.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

10.1 Cumprir todas as suas obrigações em conformidade com as disposições do CONTRATO, do Edital de Credenciamento, no presente Termo de Referência e nos demais anexos

10.2 Enviar mensalmente arquivo contendo as informações individualizadas dos/as trabalhadores/as para crédito do auxílio alimentação e/ou refeição e cesta básica.

10.3 Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

10.4 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

10.5 Efetuar a juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

10.6 Exercer a fiscalização da execução do CONTRATO por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei no 14.133/2021, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias. Tal fiscalização, em hipótese nenhuma, atenua ou exime de responsabilidade a CONTRATADA.

10.7 Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência e neste CONTRATO.

10.8 Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

10.9 Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste CONTRATO em desacordo com as respectivas especificações.

10.10 Comunicar à CONTRATADA as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

10.11 Informar à CONTRATADA os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução deste CONTRATO.

10.12 Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos fortuito e de força maior, justificados e aceitos pelo CONTRATANTE, não deverão ser interrompidos.

10.13 Verificar, durante toda a execução da CONTRATADA, a manutenção, pela CONTRATADA, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

10.14 Impedir que terceiros estranhos à contratação prestem os serviços, sendo vedada todo e qualquer tipo de subcontratação.

10.15 Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.16 Solicitar a substituição/reparação do objeto do CONTRATO que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

10.17 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos e nas condições estabelecidas no CONTRATO.

10.18 Acompanhar a execução do CONTRATO, nos termos da 14.133/2021, através dos Fiscais deste CONTRATO, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes do Termo Referência, do CONTRATO e do Edital respectivo.

10.19 Verificar regularmente os preços praticados pela CONTRATADA, de forma a obter um histórico para fins de avaliação quanto à oportunidade e à conveniência da manutenção deste CONTRATO, e assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado, de modo a garantir que aqueles continuem a serem os mais vantajosos para o CONTRATANTE.

10.20 Fiscalizar, gerir e acompanhar a execução do objeto do CONTRATO, alertando a Contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a CONTRATADA.

11 DO PREÇO

11.1 No preço proposto estarão inclusos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração, lucro e mão de obra a serem empregados, seguros, fretes e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto, eximindo a CONTRATANTE de qualquer ônus ou despesa extra, oriunda deste instrumento e seus afins.

11.2 O valor da taxa de administração, com no máximo 2 (duas) casas após a vírgula, será obtido multiplicando-se o percentual ofertado pela contratada sobre o valor total do vale-alimentação/refeição requisitado mensalmente pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC, constituindo-se na única remuneração referente a execução dos serviços.

11.3 A taxa de administração não poderá ser negativa, considerando a Lei nº 14.442, de 02 de setembro de 2022.

11.4 Poderá ser permitida a repactuação do contrato a ser firmado, por solicitação da Contratada, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados a partir da data limite para a apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir.

11 DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, DETALHAMENTO E PREÇO ESTIMATIVO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANTITATIVO MÁXIMO DE CARTÕES	VALOR ESTIMADO (PARA 12 MESES) DE (A)	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO (PERCENTUAL SOBRE O VALOR TOTAL DO BENEFÍCIO) (B)	TOTAL ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (C = A + (AxB))
01	Vale Alimentação	14	R\$ 14.809,20	0%	R\$ 300.565,44
02	Vale Refeição	14	R\$ 10.237,92		

11.1 O CRESS 12ª REGIÃO/SC não se vincula a executar o valor global estimado, uma vez que, ao longo da vigência do Contrato, o número de beneficiários e o valor dos benefícios poderão sofrer alterações.

12 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes desta contratação, para o exercício de 2024, correrão à conta da Dotação Orçamentária, conta: 6.2.2.1.1.01.04.01.002- Programa de Alimentação ao Trabalhador.

12.2 No Exercício subsequente, na conta correspondente.

13 DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a quantia mensal referente ao necessário para os créditos de Vale Alimentação e Vale Refeição a seus funcionários de acordo com o previsto na legislação em vigor acrescido de taxa de administração no importe definido.

13.2 O pagamento será efetuado no prazo de 10 dias, contados da data da disponibilização do crédito no CARTÃO dos USUÁRIOS, mediante disponibilização online ou envio por endereço eletrônico pela CONTRATADA ao CONTRATANTE.

13.3 Ocorrendo atraso no pagamento previsto, o CONTRATANTE fica sujeita ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o débito, acrescido de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o total,

que será atualizado tendo como base a variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), calculado “pro rata die” e incidente entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento da obrigação.

13.4 Não haverá readequação econômico-financeira do contrato com aumento do percentual da taxa de administração.

13.5 Será retido na fonte o Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a Contribuição sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a Contribuição para o PIS/PASEP, de acordo com o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e IN da SRF nº 480, de 15 de Dezembro de 2004, além de possíveis retenções a título de ISS (Impostos sobre Serviços), conforme legislação municipal específica.

13.6 Deverá a CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a Declaração de Optante pelo Simples, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, caso esse seja o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, sob pena de serem retidos, pelo CONTRATANTE, os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

13.7 Caso no dia do pagamento não haja expediente no órgão CONTRATANTE, este será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1 O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura;

14.2 O contrato poderá ser prorrogado por igual período, por acordo entre as partes, até o prazo máximo de 10 (dez) anos, conforme artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

14.3 Entende-se que a prestação do serviço é caracterizada como de natureza contínua. Sendo imprescindível para o bom andamento dos serviços prestados pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC para que não haja prejuízo no exercício das atividades desempenhadas.

15. SUPRESSÃO E ACRÉSCIMO

Observada a legislação em vigor, a qualquer tempo e mediante aditivo próprio, poderá a CONTRATANTE promover acréscimos ou supressões no objeto contratado nos termos do artigo 125, da Lei nº 14.133/2021 e alterações, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

16. DA EXTINÇÃO OU RESCISÃO DO CONTRATO

16.1 O Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, a qualquer tempo, pela desistência de um dos signatários ou pela superveniência de norma legal, que o torne material ou formalmente inexecutável, mediante comunicado por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou, ainda, sobrevindo caso fortuito ou de força maior, igualmente em relação a justo motivo, inclusive na hipótese de inexecução total ou parcial de qualquer de suas cláusulas e condições.

16.2 Obrigam-se os signatários a cumprir todas as cláusulas e condições durante o prazo de 90 (noventa) dias que anteceder à rescisão.

16.3 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.3.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

16.3.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

16.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.5 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

16.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.5.3 Indenizações e multas.

16.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

17. DO DESCREDENCIAMENTO

17.1 Constituem hipóteses de descredenciamento, quando:

- a) Forem procedentes as denúncias formuladas sobre má prestação do serviço ou irregularidades que afrontam princípios constitucionais;
- b) Superveniência de fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa da credenciada, ou que reduza a capacidade de prestação de serviço a ponto de não atender às exigências estabelecidas;
- c) O contratado que der causa à rescisão do Contrato de Prestação de Serviços firmado com o contratante;
- d) Por vontade própria do contratado.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no Projeto Básico, no Edital e no Contrato, fica sujeita a Administradora de Benefícios, garantida a defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da ciência, às sanções previstas no item 15.5 do Edital.

18.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o credenciado que, com dolo ou culpa:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem

motivo justificado;

- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções descritas no art. 156 da Lei 14.133/2021.

19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

19.1 O CRESS 12ª REGIÃO/SC realizará o acompanhamento da execução dos Termos de Acordos de assinados, adotando as providências necessárias para seu fiel cumprimento, devendo quaisquer ocorrências de descumprimento ser registradas em relatórios específicos e juntadas ao processo de credenciamento.

19.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do presente Termo de Credenciamento consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços de acordo com as exigências e obrigações pactuadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercido por um representante do CRESS 12ª REGIÃO/SC, especialmente designados na forma da lei.

19.3 A fiscalização dos serviços será exercida por empregado especialmente designado pela Presidente do CRESS 12ª REGIÃO/SC, a quem incumbirá acompanhar a execução dos serviços, determinando à CONTRATADA as providências necessárias a regular o efetivo cumprimento do contrato, anotar e enquadrar as infrações contratuais detectadas, cabendo-lhe, especialmente:

19.3.1 Solicitar a execução dos serviços contratados;

Supervisionar a execução dos serviços, garantindo que todas as providências sejam tomadas para regularização das falhas ou defeitos observados;

19.3.2 Levar ao conhecimento da autoridade competente qualquer irregularidade fora de sua competência;

19.3.3 Exigir da CONTRATADA todas as providências necessárias à boa execução do contrato, anexando aos autos do processo de contratação cópias dos documentos escritos que comprovem as solicitações de providências;

19.3.4 Acompanhar os serviços executados, atestar seu recebimento e indicar as ocorrências de indisponibilidade dos serviços contratados;

19.3.5 Encaminhar à autoridade competente os documentos relacionados às multas aplicadas à CONTRATADA, bem como os referentes pagamentos.

19.4 Aplicam-se ao acompanhamento e à fiscalização previstos neste item as seguintes disposições:

19.4.1 O acompanhamento e a fiscalização não excluirão a responsabilidade da CONTRATADA nem conferirão à CONTRATANTE responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos fornecimentos e serviços contratados;

19.4.2 As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE, encarregado da fiscalização do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou nesta impossibilidade, justificadas por escrito;

19.4.3 Para aceitação do objeto o responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços observará se a CONTRATADA cumpriu todos os termos constantes do Contrato;

19.4.4 É vedado à CONTRATANTE e ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

19.5 A CONTRATADA ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela CONTRATANTE, que designará um ou mais

representantes que terão autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1 Para fins de habilitação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar:

- A) Comprovante de registro no Ministério do Trabalho e Previdência Social, relativo ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, conforme previsto na Lei nº 6.321/76.
- B) Apresentar pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica em papel timbrado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que tenha executado, a contento, serviços compatíveis com o objeto deste edital de credenciamento.

ANEXO II
CRONOGRAMA

DATA	ETAPA DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO
02/05/2024	Publicação do Edital de Credenciamento no Diário Oficial da União, no sítio eletrônico do CRESS-SC e início do prazo do envio da documentação.
09/05/2024 – até às 16h	Prazo final para pedidos de esclarecimentos e impugnações ao Edital
12/05/2024 – até às 16h	Prazo final para envio da documentação e propostas
15/05/2024	1ª sessão pública de abertura e julgamento dos documentos de habilitação.
20/05/2024	Divulgação do resultado preliminar das empresas habilitadas no processo de credenciamento no sítio eletrônico do CRESS/SC
23/05/2024 – até às 16h	Prazo para Recurso do resultado de habilitação
28/05/2024 – até às 16h	Prazo para Contrarrazões do resultado de habilitação
13/06/2024	Resultado do Julgamento do Recurso e Resultado Final do Credenciamento das Administradoras de Benefícios no sítio eletrônico do CRESS/SC.
5 dias úteis a contar do recebimento da notificação para comparecer à Administração.	Prazo para assinatura do Termo.

ANEXO III – Planilha de Formação de Preços

Auxílio-Refeição e Auxílio-Alimentação na forma de Cartão com chip eletrônico de segurança			
Quantidade estimada de cartões (a)	Quantidade média de dias úteis mensais (b)	Valor facial de cada Auxílio (c)	Valor médio mensal por colaborador (d) = (b x c)
14	30	R\$ 35,26	R\$ 1.057,80
14	22	R\$ 33,24	R\$ 731,28

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANTITATIVO MÁXIMO DE CARTÕES	VALOR ESTIMADO (PARA 12 MESES) (A)	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO (PERCENTUAL SOBRE O VALOR TOTAL DO BENEFÍCIO) (B)	TOTAL ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (C = A + (AxB))
01	Vale Alimentação	14	R\$ 14.809,20 R\$ 10.237,92	0%	R\$ 300.565,44

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE TRABALHO DE MENOR E EMPREGADOS EM TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

(Proponente), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, representada por _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, (residência e domicílio), DECLARA:

Para fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e do art. 62 e seguintes, da Lei nº 14.133/2022, no que couber, e com fins a participar do Credenciamento Nº 01/2024, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis), estando ciente das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento ou declaração inverídica.

Que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

***Ressalva:** emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho. (se houver).

(Cidade) – (Estado), (dia) de (mês) de (ano).

(nome do representante legal)

OBS.: A Declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa Licitante e assinada pelo representante legal.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E DE NÃO EXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Ref.: **Credenciamento Nº 01/2024**

A empresa _____ declara, sob as penas da lei, o que se segue:

- 1- Que até a presente data não há qualquer fato impeditivo à sua habilitação;
- 2- Que após a emissão dos documentos relativos à habilitação preliminar não ocorreu fato que a impeça de participar da presente Licitação, conforme disposto no art. 64, da Lei nº 14.133/2021;
- 3 - Que não foi declarada inidônea perante o Poder Público;
- 4 - Que se compromete a informar a superveniência de decisório que a julgue inidônea, durante a tramitação do procedimento licitatório ou da execução do Contrato;

(Cidade) – (Estado), (dia) de (mês) de (ano).

Representante Legal
Cargo/Função na Empresa

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CUMPRIMENTO DE HABILITAÇÃO

(nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, declara, sob as penas da lei, para fins de participação no **CREDENCIAMENTO Nº 01/2024**, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para participação no aludido Procedimento de credenciamento e que está ciente e concorda com as condições contidas no ato convocatório e seus anexos.

(Cidade) – (Estado), (dia) de (mês) de (ano).

Representante Legal
Cargo/Função na Empresa

OBS.: A Declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa Licitante e assinada pelo representante legal.

Anexo VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 12ª REGIÃO (CRESS/SC)** E A ADMINISTRADORA BENEFÍCIOS XXXXXXXXXX, VISANDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, FORNECIMENTO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO/AUXÍLIO-REFEIÇÃO PARA O CRESS/SC.

O **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 12ª REGIÃO (CRESS/SC)**, pessoa jurídica de direito público constituída sob a forma de autarquia corporativa, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 76.757.099/0001-99, estabelecida na Rua dos Ilhéus, 38, Ed. Aplub, Conjunto 1004/1005/1006, Centro, CEP 88101-560, Florianópolis/SC, por meio de sua Conselheira Presidente, a Assistente Social Cheyenne Vieira Marques, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, XXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede no, neste ato representada por XXXXX, brasileiro, (profissão), portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXX, expedida pela XXXXX e CPF nº XXXXX, residente e domiciliado na, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta na Lei n.º 14.133/2021 e em outras normas aplicáveis ao objeto deste instrumento, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente instrumento tem por objeto do presente certame, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de auxílios alimentação e refeição, através de cartões com chip eletrônico de segurança, e respectivas recargas de créditos mensais por meios eletrônicos (on-line), destinados aos trabalhadores do CRESS 12ª Região/SC, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios “in natura” e refeições prontas, através de rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, bem como de acordo com o que dispõe o Acordo Coletivo de Trabalho – ACT aplicável aos empregados do CRESS 12ª Região/SC, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais anexos.

Parágrafo único. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Termo de Referências, **Edital de Credenciamento nº 01/2024**, e seus anexos, dos quais são partes, como se aqui estivessem integralmente transcritos, vinculando-se, ainda, à proposta da Administradora Credenciada.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1** O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura;
- 2.2** O contrato poderá ser prorrogado por igual período, por acordo entre as partes, até o prazo máximo de 10 (dez) anos, conforme artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.3** Entende-se que a prestação do serviço é caracterizada como de natureza contínua. Sendo imprescindível para o bom andamento dos serviços prestados pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC para que não haja prejuízo no exercício das atividades desempenhadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PREÇO

- 3.1** As despesas decorrentes desta contratação, para o exercício de 2024, correrão à conta da Dotação Orçamentária, conta: **6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Programa de Alimentação ao Trabalhador**.
- 3.2** No preço proposto estarão inclusos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração, lucro e mão de obra a serem empregados, seguros, fretes e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto, eximindo a CONTRATANTE de qualquer ônus ou despesa extra, oriunda deste instrumento e seus afins.
- 3.3** O valor da taxa de administração, com no máximo 2 (duas) casas após a vírgula, será obtido multiplicando-se o percentual ofertado pela contratada sobre o valor total do vale-alimentação/refeição requisitado mensalmente pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC, constituindo-se na única remuneração referente a execução dos serviços.
- 3.4** A taxa de administração não poderá ser negativa, considerando a Lei nº 14.442, de 02 de setembro de 2022.
- 3.5** Poderá ser permitida a repactuação do contrato a ser firmado, por solicitação da Contratada, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados a partir da data limite para a apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 4.1.** Conforme Termo de Referência (Anexo I)

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a quantia mensal referente ao necessário para os créditos de Vale Alimentação e Vale Refeição a seus funcionários de acordo com o previsto na legislação em vigor acrescido de taxa de administração no importe definido.
- 5.2** O pagamento será efetuado no prazo de 10 dias, contados da data da disponibilização do crédito no CARTÃO dos USUÁRIOS, mediante disponibilização online ou envio por endereço eletrônico pela CONTRATADA ao CONTRATANTE.
- 5.3** Ocorrendo atraso no pagamento previsto, o CONTRATANTE fica sujeita ao pagamento de multa de

2% (dois por cento) sobre o débito, acrescido de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o total, que será atualizado tendo como base a variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), calculado “pro rata die” e incidente entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento da obrigação.

5.4 Não haverá readequação econômico-financeira do contrato com aumento do percentual da taxa de administração.

5.5 Será retido na fonte o Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a Contribuição sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a Contribuição para o PIS/PASEP, de acordo com o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e IN da SRF nº 480, de 15 de Dezembro de 2004, além de possíveis retenções a título de ISS (Impostos sobre Serviços), conforme legislação municipal específica.

5.6 Deverá a CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a Declaração de Optante pelo Simples, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, caso esse seja o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, sob pena de serem retidos, pelo CONTRATANTE, os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

5.7 Caso no dia do pagamento não haja expediente no órgão CONTRATANTE, este será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no Projeto Básico, no Edital e no Contrato, fica sujeita a Administradora de Benefícios, garantida a defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da ciência, às sanções previstas no item 15.5 do Edital.

6.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o credenciado que, com dolo ou culpa:

- XIII. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- XIV. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- XV. dar causa à inexecução total do contrato;
- XVI. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- XVII. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- XVIII. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- XIX. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- XX. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- XXI. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- XXII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XXIII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XXIV. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

6.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções descritas no art. 156 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1 O CRESS 12ª REGIÃO/SC realizará o acompanhamento da execução dos Termos de Acordos de assinados, adotando as providências necessárias para seu fiel cumprimento, devendo quaisquer

ocorrências de descumprimento ser registradas em relatórios específicos e juntadas ao processo de credenciamento.

7.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do presente Termo de Credenciamento consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços de acordo com as exigências e obrigações pactuadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercido por um representante do CRESS 12ª REGIÃO/SC, especialmente designados na forma da lei.

7.3 A fiscalização dos serviços será exercida por empregado especialmente designado pela Presidente do CRESS 12ª REGIÃO/SC, a quem incumbirá acompanhar a execução dos serviços, determinando à CONTRATADA as providências necessárias a regular o efetivo cumprimento do contrato, anotar e enquadrar as infrações contratuais detectadas, cabendo-lhe, especialmente:

7.3.1 Solicitar a execução dos serviços contratados;

Supervisionar a execução dos serviços, garantindo que todas as providências sejam tomadas para regularização das falhas ou defeitos observados;

7.3.2 Levar ao conhecimento da autoridade competente qualquer irregularidade fora de sua competência;

7.3.3 Exigir da CONTRATADA todas as providências necessárias à boa execução do contrato, anexando aos autos do processo de contratação cópias dos documentos escritos que comprovem as solicitações de providências;

7.3.4 Acompanhar os serviços executados, atestar seu recebimento e indicar as ocorrências de indisponibilidade dos serviços contratados;

7.3.5 Encaminhar à autoridade competente os documentos relacionados às multas aplicadas à CONTRATADA, bem como os referentes pagamentos.

7.4 Aplicam-se ao acompanhamento e à fiscalização previstos neste item as seguintes disposições:

7.4.1 O acompanhamento e a fiscalização não excluirão a responsabilidade da CONTRATADA nem conferirão à CONTRATANTE responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos fornecimentos e serviços contratados;

7.4.2 As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE, encarregado da fiscalização do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou nesta impossibilidade, justificadas por escrito;

7.4.3 Para aceitação do objeto o responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços observará se a CONTRATADA cumpriu todos os termos constantes do Contrato;

7.4.4 É vedado à CONTRATANTE e ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

7.5 A CONTRATADA ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela CONTRATANTE, que designará um ou mais representantes que terão autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO OU RESCISÃO DO CONTRATO

8.1 O Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, a qualquer tempo, pela desistência de um dos signatários ou pela superveniência de norma legal, que o torne material ou formalmente inexecutável, mediante comunicado por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou, ainda, sobrevindo caso fortuito ou de força maior, igualmente em relação a justo motivo, inclusive na hipótese de inexecução total ou parcial de qualquer de suas cláusulas e condições.

8.2 Obrigam-se os signatários a cumprir todas as cláusulas e condições durante o prazo de 90 (noventa) dias que anteceder à rescisão.

8.3 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

8.3.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

8.3.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- c) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- d) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

8.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

8.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

8.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

8.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

8.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

8.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

8.4.3 Indenizações e multas.

8.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA NONA – DO DESCREDENCIAMENTO.

9.1. Constituem hipóteses de descredenciamento, quando:

a) Forem procedentes as denúncias formuladas sobre má prestação do serviço ou irregularidades que afrontam princípios constitucionais;

b) Superveniência de fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa da credenciada, ou que reduza a capacidade de prestação de serviço a ponto de não atender às exigências estabelecidas;

c) O contratado que der causa à rescisão do Contrato de Prestação de Serviços firmado com o contratante;

d) Por vontade própria do contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos referente ao presente Contrato serão dirimidos pelo CAU/GO, em conjunto com a Administradora de Benefícios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente CONTRATO será publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, como condição indispensável à sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

O foro competente para apreciar e dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente CONTRATO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Santa Catarina. E, por estarem acordes os partícipes, por seus representantes legais firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, pelas Partes e pelas testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, XXXXXXXXXXXX.

Cheyenne Vieira Marques

Assistente Social 4060 CRESS 12ª Região

Conselheira Presidente

TESTEMUNHAS

ANEXO VIII
MODELO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:	
NOME FANTASIA:	
CNPJ:	
TELEFONE:	
DADOS DA CONTA:	
CONTATO:	
E-MAIL:	
VALIDADE DA PROPOSTA (Não inferior a 60 dias).	

Prezados Senhores,

Após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Termo de Referência, vimos apresentar proposta nos termos consignados no mencionado ato, com os quais concordamos plenamente:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANTITATIVO MÁXIMO DE CARTÕES	VALOR ESTIMADO (PARA 12 MESES) (A)	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO (PERCENTUAL SOBRE O VALOR TOTAL DO BENEFÍCIO) (B)	TOTAL ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (C = A + (AxB))
01	Vale Alimentação	X	X	%	R\$
02	Vale Refeição	X			

Local,

Data:

Nome Completo:

Assinatura:

Cargo: